

SUA EXCELÊNCIA, O VESTIBULAR*

Cláudio de Moura Castro*

O processo de seleção para o ensino superior reveste-se, no Brasil, de um tom climático e de uma dramaticidade que não poderiam ser encontrados em muitos países. Na verdade, essa dimensão emocional reflete, corretamente, sua posição de epicentro da problemática educacional. Neste ensaio, discutimos as possíveis influências do vestibular sobre os níveis anteriores, suas conseqüências sobre o ensino superior e, finalmente, as opções e falsas opções existentes.

Se captamos corretamente o debate, em que pesem algumas exceções, há um hiato entre o tom técnico e circunspecto das análises de validade e fidedignidade dos instrumentos e o tom exaltado dos sermões e denúncias sobre o papel mais amplo do vestibular. Vem faltando aos técnicos em avaliação a coragem para abandonar seus refúgios estatísticos e encarar as perguntas mais básicas. Por outro lado, falta a muitos serenidade para conduzir, com rigor analítico, a discussão e, mesmo, conhecimento factual acerca do assunto.

Propomo-nos, aqui, a selecionar os temas que nos parecem mais importantes e a incorporar à sua discussão as condições de contorno que nos revelam as pesquisas recentes. Claramente, nossa ambição é mais de formular perguntas que de respondê-las.

* O autor agradece os úteis comentários de João Batista A. e Oliveira, Sérgio Costa Ribeiro e Rogério Córdova, não prometendo, contudo, que tenha sido capaz de contornar todas as críticas e incorporar todas as sugestões.

** Diretor Geral da CAPES

I – O SEGUNDO GRAU E O ADESTRAMENTO PARA A UNIVERSIDADE

A incômoda convivência do vestibular com o Segundo Grau vem sendo repetidamente denunciada. Nem sempre, entretanto, são as críticas corretas ou pertinentes. Nesta seção, tomamos alguns dos temas mais importantes.

A – Os critérios de alocação de tempo ao longo da vida escolar: o mito da “virada”.

Estudar requer esforço e mobilização de tempo. Há consciência de que, para ser aprovado no vestibular, não basta o esforço mínimo necessário para obter um diploma qualquer de Segundo Grau. Boas escolas exigem mais e, portanto, contribuem para o ingresso na Universidade. Percebe-se, contudo, uma indecisão do aluno entre diluir o esforço ao longo dos anos ou concentrá-lo nos anos finais. Boa parte dos candidatos acredita que esta segunda alternativa não só é viável, como é melhor: basta dar uma “virada” no último ano. Não há números que meçam a proporção dos que assim pensam; não são todos e nem é desprezível o seu número.

Um inevitável corolário desta estratégia é a polarização do ensino no Segundo Grau e, em particular, no último ano dessa etapa escolar. Alunos e diretores estão interessados em encontrar ali a melhor instrução, empenhando-se fortemente por isso. Como consequência, o ensino torna-se mais caro. Com vistas a atrair os melhores professores, os salários são muitas vezes mais altos. Poucos alunos poderiam pagar o necessário para cobrir os custos envolvidos. Há, então, prejuízo no terceiro ano¹. Adapta-se, pois, a escola a uma estratégia de concentração de esforços por parte dos alunos.

Cabe, contudo, perguntar se o ritmo do aprendizado oferece os graus de liberdade que permitem reordenar as suas seqüências ao longo do eixo do tempo. Mais esforço no último ano compensa a falta de estudo nos anteriores?

Ao arrepio do que pensam os estudantes, a resposta é negativa. Há suficiente evidência de que a aprovação no vestibular não é estatisticamente explicada pelo que acontece no último ano e, muito menos, pela freqüência a cursinhos².

A evidência disponível indica que, quase sempre, são aprovados para os cursos mais cobichados os alunos que freqüentaram por longo tempo as escolas que são melhores e que exigem continuado esforço dos alunos durante todo o tempo e não, apenas, no último ano. Em outras palavras, é fatal a desatenção para com a formação básica.

Encontramos uma forte concentração dos aprovados nas escolas de boa qualidade, tal como medida pelos indicadores convencionais (salário do professor, anuidade etc). De fato, 54% dos aprovados provinham de apenas 10% das escolas, enquanto 50% das escolas não conseguiam levar qualquer de seus graduados à Universidade³. Neste mesmo estudo, a freqüência a cursinhos não se associava à aprovação.

Há, pois, um equívoco. A observação da realidade nega a viabilidade da estratégia de deixar o esforço para a última hora. Saem-se bem justamente os que começam cedo.

Claramente, estamos diante de uma questão não resolvida. A evidência que apresentamos, além de insuficiente, capta apenas contornos muito gerais da questão. Não obstante, permite detectar uma forte disfunção no processo.

Segundo alguns, o exame vestibular, por seu sistema de múltipla escolha e suposta ênfase em memorização, levaria a um processo de preparação, que privilegiaria o adestramento de última hora. Daí, a execrada proliferação dos cursinhos. Todavia, não parece ser isso o que aconte-

¹ Cláudio de Moura Castro, G. Frigotto *et alii* ... A Educação na América Latina. Estudo comparativo de Custos e Eficiência. Rio FGV/IESAE, 1979.

² É ilustrativo verificar que, ano após ano, a CESGRANRIO registra escores estatisticamente não diferenciados entre os que fizeram e os que não fizeram cursinho.

³ Cláudio de Moura Castro – *Eficiência e Custos nas Escolas de Nível Médio da Guanabara* (Rio – IPEA/INPES, 1971).

ce, pelo menos no caso dos vestibulares de melhor qualidade. Não parece ser possível, por via de adestramento de última hora, compensar uma formação deficiente. Nesse particular, o problema não está, necessariamente, no vestibular, mas num erro de estratégia dos alunos. De fato, é a correta percepção desse ponto que, possivelmente, explica a maior popularidade dos cursinhos nas cidades em que as provas são mais deficientes.

B – A loteria do vestibular e os planos de vida: o fracasso da profissionalização

A evidência disponível indica que os universitários percebem rendimentos superiores, em média, aos dos secundaristas. O vertiginoso crescimento da matrícula universitária seguramente vem deteriorando esse rendimento. Os empregos disponíveis são cada vez mais simples, exigem menos preparação, têm menos status e subutilizam o currículo universitário. De resto, com a força de trabalho crescendo a 3% e a matrícula universitária a quase 20% não poderia ser de outra forma.

Não obstante, é o mercado tradicional dos secundaristas que está sendo pilhado cada vez mais; os universitários invadem um mercado anteriormente ocupado pelos graduados do 2º grau, haja vista a elevação progressiva das exigências de escolaridade dos empregos burocráticos. Mas a alternativa de cursar uma universidade ainda parece melhor que a de interromper os estudos ao fim do secundário. Por fraco que seja o mercado universitário, o diploma do curso superior ainda permite acesso aos melhores empregos. Isto é, bons ou ruins, os universitários competem melhor pelos empregos existentes.

Esta situação é perfeitamente captada pelos alunos, que percebem, inequivocamente, as vantagens de se frequentar a Universidade. De fato, todas as pesquisas indicam que próximo de 98% dos que concluem o secundário pretendem ir para a universidade⁴. Do ponto de vista individual, é uma decisão racional e correta.

Contudo, apenas cerca da metade dos graduados no 2º grau consegue passar no vestibular⁵. Frustram-se, então, as intenções de metade dos candidatos. Como se explica a persistência destas candidaturas ao vestibular? Claramente, os candidatos parecem perceber uma dimensão aleatória no processo de seleção, justificando tentar a sorte.

A observação sugere que os candidatos acreditam no forte papel da sorte para entrar na universidade. Por outro lado, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, conhecemos bem as características das provas. Bem sabemos que, nas áreas de maior procura, onde os candidatos são mais bem preparados, o papel da sorte é perfeitamente desprezível: apenas entra quem sabe. E como o conhecimento não é algo volátil e randomicamente distribuído, a aprovação associa-se a condicionantes conhecidos, como notas anteriores, excelência do colégio frequentado, características sócio-culturais da família etc.

Porém, se o número de candidatos despreparados é grande, a média de respostas corretas se aproxima daquela que se obtém respondendo aleatoriamente ao teste⁶. Na ausência de nota mínima, o que aconteceu até 1979, são aprovados os que fazem mais pontos, por baixo que seja o escore. Então, dentre dois candidatos que nada sabem, entra o que tem mais sorte. Dentre

³ Não confundir essa relação entre aprovados no vestibular e graduados de 2º grau com a mais conhecida proporção entre candidatos e vagas, onde muitos candidatos estão repetidos, fazendo o exame pela 2ª ou 3ª vez, daí as relações de 3:1 e 4:1.

⁴ Maria Aparecida Ciavatta Franco e Cláudio de Moura Castro – A contribuição da Educação Técnica à Mobilidade Social, *Cadernos de Pesquisa*, fev. 1981.

⁵ Não confundir essa relação entre aprovados no vestibular e graduados de 2º grau com a mais conhecida proporção entre candidatos e vagas, onde muitos candidatos estão repetidos, fazendo o exame pela 2ª ou 3ª vez, daí as relações de 3:1 e 4:1.

⁶ Se há cinco alternativas, a probabilidade de acerto casual é de 20%; isto é, em cinco perguntas, quem nada sabe, pode acertar uma delas, gerando, assim, 20% de acertos. Portanto, a nota do candidato despreparado pode flutuar em torno de 20% nas provas com questões de cinco alternativas.

dois macaquinhos treinados para marcar sempre uma resposta qualquer, passa o macaquinho com mais sorte.

Tal situação de fato ocorre no vestibular. Há áreas que atraem candidatos cujas médias pouco ultrapassam os níveis de acerto aleatório. É, então, o reinado da sorte. Nessas áreas, usualmente nas humanidades e ciências sociais, o vestibular é uma grande loteria. E, sendo socialmente cobijado o status de vestibulando, o mito da sorte permite explicar, como azar, o inevitável fracasso de muitos.

É possível mesmo defender a equidade de tal sistema. Se ninguém sabe nada, por que não sortear? Se alguns países industrializados, mais preocupados com equidade, — por exemplo, a Alemanha — têm sorteio em certas faixas de candidatos, por que não o Brasil? De fato, não há como negar tais méritos ao sistema, embora não se possa dizer que foi assim planejado.

Entretanto, há outra ordem de considerações que talvez se imponham sobre estas. Por conta das áreas mais fracas, o sistema, como um todo, é percebido como aleatório. Sua imagem não é de um acesso baseado em mérito, mesmo nas áreas em que o é. A sinalização é incorreta, portanto.

Isso significa que os candidatos não são corretamente instruídos. Se a aprovação depende de sorte, não há por que se preparar. Não há, então, candidatos que se considerem sem oportunidades. Todos se sentem com chances. Portanto, todos entendem que devem fazer o exame.

Ora, há uma profunda disfuncionalidade a nível social. Apenas metade vai passar e, em boa medida, o sucesso está condicionado a fatores objetivos e *a priori* identificáveis. A decisão de fazer o exame tem como contrapartida a decisão de não tomar o Segundo Grau como terminal, isto é, não se preparar para o mercado de trabalho nesse momento. Resulta disso, o fato de não serem levadas a sério as propostas de profissionalização a esse nível, por melhores que sejam elas. Parar os estudos no segundo grau é mais drástico quando o estudante o faz despreparado para o mercado de trabalho e após a frustração de ter sido reprovado.

Se fossem conhecidas e aceitas pelos alunos suas reais distribuições de probabilidades de aprovação, a proporção de candidatos ao vestibular seria muito menor. Se fosse eliminada essa dimensão realmente lotérica em certas áreas, este número seria dramaticamente menor. É instrutivo verificar o papel que desempenham os escores nos "simulados", levando os candidatos mais alertas e realistas a escolherem suas carreiras de acordo com a competição que irão encontrar.

Em outras palavras, a presença de um componente aleatório na seleção e a ilusão de que esse componente seja ainda maior faz com que os estudantes optem todos por uma carreira universitária, à qual metade não terá acesso efetivo, e, *ipso facto*, rejeitam uma opção profissionalizante que, para os não aprovados, é amplamente melhor do que o curso acadêmico. Parece-nos, portanto, que uma percepção incorreta das chances de aprovação é um dos fatores que impedem a profissionalização de ser considerada seriamente pelos secundaristas. Parece, também, que isto se deva à presença exagerada de fatores aleatórios no sistema de seleção.

C — O que não cai no vestibular, não se ensina na escola

Tem sido observado que os currículos efetivamente adotados no secundário dependem muito mais do vestibular do que dos programas oficiais ou das preferências das escolas e professores. Mudanças no que é pedido no vestibular são seguidas por alterações no que é efetivamente ensinado⁷.

Isso escraviza o Segundo Grau ao vestibular; ao mesmo tempo que escraviza o vestibular ao Segundo Grau. Na prática, as escolas perdem sua liberdade para um ensino mais variado, mais criativo e mais experimental, ficando atadas a uma cópia cega e servil dos conteúdos exigidos no vestibular.

⁷ Naturalmente, os vestibulares que não divulgam os programas confundem ainda mais, gerando "adivinhação", falsas noções e estímulo aos cursinhos.

Igualmente, o vestibular perde sua liberdade de buscar livremente a melhor forma de seleção. Se os candidatos à Engenharia forem testados apenas nas ciências naturais, o ensino das humanidades no secundário se tornará para eles um mero ritual. Observou-se, no passado, que os colégios especializavam seus alunos durante todo o Segundo Grau. Para evitar essa prematura especialização, o vestibular viu-se obrigado a abandonar a especificidade do processo de seleção. Na verdade, nada há a lamentar nesse aspecto da Lei da Reforma Universitária. Não obstante, representa uma perda de graus de liberdade para o vestibular.

Há, portanto, uma perniciosa mudança de centro de gravidade no processo de ensino. Um mero processo de seleção passa a ser o epicentro do ensino médio, fazendo com que as escolas venham perdendo sua liderança. Se perdeu sua autonomia, ou apenas pensam que a perdem, não é crítico sabê-lo.

D — O mimetismo das formas de avaliação: cruzinhas e redação

Da mesma forma que no caso dos currículos, os métodos de avaliação do vestibular são copiados pelo Segundo Grau. É um mimetismo pouco inteligente.

O exame de escolha múltipla é de preparação caríssima (Cr\$ 1.250,00 por item em 1980) e correção muito rápida. Possibilita a avaliação de suas propriedades estatísticas (fidedignidade, dificuldade etc.). Aplica-se mais facilmente nas questões de memorização e análise do que naquelas onde se buscariam síntese e criatividade.

Assim sendo, seus méritos estão ao lidar com os grandes números que ocorrem ao vestibular, permitindo uma avaliação rápida, sem subjetividades maiores e um conhecimento razoável da margem de erro introduzida. As escolas secundárias, por outro lado, não têm um número de alunos que justifique o esforço de preparação da prova (elaborando-a de forma canhestra e amadorística) e deixam, além disso, de beneficiar-se de métodos mais subjetivos, mais artesanais e que permitem um julgamento mais abrangente e mais construtivo do aluno, além de desenvolverem sua capacidade de expressão e elaboração de conceitos. O fato de que a boa pergunta de múltipla escolha testa essa capacidade de expressão e elaboração não quer dizer que seja uma estratégia para o seu desenvolvimento.

Naturalmente, a razão desse mimetismo é a idéia de que é necessário adestrar-se na técnica de responder provas de escolha múltipla. Lamentavelmente, esse é um falso argumento. Há suficiente experimentos sobre os efeitos da preparação nos resultados dos testes. Sabemos que há um pequeno, ainda que significativo, ganho resultante do treinamento. Contudo, chega-se logo ao limite desse ganho, não se justificando, pois, senão uma preparação de última hora.

É altamente ilustrativo verificar que as escolas do Rio de Janeiro que logram enviar as maiores proporções de alunos à universidade não utilizam a escolha múltipla como forma de avaliação.

Observou-se, no passado, que a prática da redação nas escolas vinha diminuindo, como resultado de não se exigir essa prova no exame vestibular. Decidiu-se, então, introduzir a redação. Ao que indica a evidência casual, hoje, as escolas treinam os alunos em redação. É bem verdade que ainda não sabemos se haverá uma melhoria na competência em redação dos futuros candidatos.

Vemos, então, que só estará na sala de aula o que estiver no vestibular. Isto dá ao vestibular um incrível poder e responsabilidade.

E — Um outro vestibular para uma escola melhor?

Essa excessiva dependência do Segundo Grau ao vestibular tem sido repetidamente denunciada. Algumas das mais desagradáveis arestas — redação, por exemplo — têm sido objeto de ações específicas. Falta ir até o fim e perguntar até que ponto poderemos usar o vestibular como instrumento para melhorar o Segundo Grau.

Para tal, devemos melhor conhecer os contornos da função que associa vestibular à prática de sala de aula no Segundo Grau. Os aspectos negativos têm sido denunciados e alguns alterados. Necessitamos, agora, usar o vestibular de forma mais criativa.

Se queremos uma escola com mais preocupações de desenvolver análise e raciocínio, como deverá ser o vestibular? Se queremos que as escolas utilizem mais os laboratórios, o que se deverá introduzir no vestibular? Como formular provas de tal maneira que o ensino seja mais inteligente? Não acreditamos que haja algo intrinsecamente perverso com o vestibular, fazendo com que suas conseqüências sobre os níveis anteriores sejam necessariamente negativas.

Claro, há um limite ao que pode ser conseguido por essa via. Mas, isso, não é uma questão para controvérsias doutrinárias ou teóricas, mas sim para uma visão pragmática de encontrar, na prática, esse limite. Além disso, não podemos ver o teste de forma ingênua ou linear, devemos vê-lo como teste e como uma estratégia de intervenção no 2º Grau. Que o vestibular tem tido efeitos deletérios sobre o Segundo Grau é evidência de seu poder. Cabe, então, desenvolver estratégias para usar de forma construtiva esse poder ou, eventualmente, para dissociar o vestibular do Segundo Grau.

Há um aspecto de particular interesse para a presente discussão. O ensino médio vai do catastrófico e fraudulento ao tradicional e sólido. O que produziu o século XX de tecnologia educacional não chegou a essas escolas. O espírito empresarial, premiando com lucros a excelência do desempenho, em boa medida inexistia no ensino médio. Nada responde tão mal à sinalização econômica.

O vestibular cria duas flagrantes exceções: o cursinho e as organizações que preparam vestibular. São ambos exemplos de tudo que o ensino médio não é. No cursinho, os professores são brilhantes expositores, exibindo impecável didática. A tecnologia educacional é abundantemente usada. A gerência é agressiva, empresarial e gera lucros. Não há reparos à lógica do seu funcionamento. Os estudantes acreditam que a preparação deve ser de última hora. Como o freguês sempre tem razão, eles não desmentem e oferecem o melhor ensino da última hora que o dinheiro pode comprar.

As grandes fundações que preparam os exames vestibulares organizam as provas com invejável precisão, garantem um sistema de correções vertiginosamente rápido, provas aceitavelmente bem formuladas, enfim, respondem, alertas, às demandas que o sistema lhes impõe. Não é reduzido e nem trivial o número de obstáculos organizacionais que superam para chegar ao seu nível presente. Se lhes foi atribuído um papel correto e legítimo, isso já é outra coisa.

Em suma, vemos o sistema do vestibular gerando dois tipos de organização brilhantemente ajustadas ao "nicho ecológico" que ele cria. Há um fascinante desafio: se o sistema criou duas entidades ajustadas à sua lógica — ainda que pouco ajustadas às necessidades educacionais — não seria possível pensar em um outro sistema de vestibular cuja lógica leve muitos participantes a responderem com um melhor sistema de ensino?

III — QUEM ENTRA NA UNIVERSIDADE?

Se o vestibular se propõe a escolher quem entrará na Universidade, é preciso indagar se o faz bem. Escolhe de fato os melhores? Melhores em quê? Os melhores são suficientemente bons? De onde vêm os eleitos?

A — Escolher os melhores?

Sem maiores dificuldades, podemos concordar com a idéia de que cumpre escolher os melhores candidatos para a Universidade. Tomando os conteúdos do 2º Grau como base, as provas são construídas partindo-se usualmente de uma taxionomia de objetivos educacionais. Em forma simplificada, além de cobrirem o currículo prescrito, as provas devem conter questões que verifiquem o domínio de informação (memória), raciocínio, síntese e assim por diante.

Os métodos de processamento eletrônico utilizados permitem a aplicação rotineira de todas as baterias de técnicas de avaliação de testes. O que estas técnicas fazem é verificar se os testes medem o que se propõem a medir e com que frequência levam a um julgamento errado. Elas respondem, pois, algumas perguntas muito centrais acerca dos testes. É preciso entender que no limite de sua aplicabilidade, esses resultados não podem ser ignorados. A sua interpretação correta torna retundante, e põe por terra, uma enorme barragem de argumentos leigos, comuns em conversas, jornais e, lamentavelmente, nas falas de pessoas que, por sua posição, deveriam evitar erros tão grosseiros.

As maiores universidades e, em particular, a Fundação Carlos Chagas e CESGRANRIO vêm exaustivamente submetendo seus dados às técnicas convencionais de avaliação de testes. De fato, não restam dúvidas de que os padrões internacionais de excelência de instrumentos são atingidos na maioria das vezes (o que não quer dizer que não possam ser significativamente melhorados). Isso significa, simplesmente, que os melhores não estão sendo reprovados e os piores não estão sendo aprovados. A frequência de erros, de resto estimada e conhecida, é suficientemente baixa.

É preciso, contudo, não ver de forma simplista a tarefa de selecionar. O que fica claramente demonstrado é que escolhido o subconjunto de conhecimentos que se quer avaliar, os testes o fazem a contento. Naturalmente, imagina-se que os construtores dos testes escolham aqueles domínios em que funcionam melhor as técnicas de avaliação. Cumpre demonstrar que essas são dimensões relevantes no processo ou que, pelo menos, se associam estatisticamente com essas dimensões.

Preocupa, portanto, a escolha das dimensões em que o candidato será testado — afinal, buscam-se os melhores em quê? Claramente, parte da resposta está dada pela definição curricular do 2º grau, cujos conteúdos a lei estabelece como o conteúdo do vestibular. Todavia, há grande latitude aí dentro. Qual o peso das questões de mera memorização em confronto com o daquelas que testam competências de ordem superior? Física ou História deverão exigir mais dos alunos? Por que não exigir a coordenação motora para realizar experiências em um laboratório de Química? Na verdade, os melhores sistemas de vestibular são bastante fiéis ao espírito do currículo e cada vez mais reforçam os exames com perguntas menos dependentes de memorização. Nesse sentido, não são corretas as críticas de arbitrariedade ou aleatoriedade que lhes são imputadas.

Há, todavia, uma outra ordem de considerações: em que medida são arbitrários os próprios conteúdos do 2º grau, bem como a decisão de usá-los? Mais, ainda, não serão estes os conteúdos responsáveis pela diferenciação social encontrada na universidade? Não é nossa intenção desenvolver essas considerações, porque vemos pouca credibilidade nesses argumentos. Por outro lado, seguramente não se referem a uma área de manobra dos organizadores de vestibulares, além de serem críticas sumamente rarefeitas em termos de propostas concretas.

Um outro teste possível dessas proposições é a sua validade preditiva, isto é, o desempenho subsequente dos alunos. Sem dúvida, seria uma dimensão importante de avaliação da competência do vestibular para desincumbir-se da sua função. Inevitavelmente, não sabemos como se sairiam os candidatos reprovados no exame. Mas, dentre os aprovados, há considerável distância entre os melhores candidatos e aqueles aprovados na margem. Esperaríamos forte correlação entre os escores no vestibular e notas subsequentes.

Lamentavelmente, os resultados são ambíguos. Sandra Azzi, estudando a Universidade Federal de Minas Gerais, encontra resultados desapontadores⁸. Praticamente, não há correlação entre os pontos no vestibular e as notas no semestre seguinte. E estudando os resultados na área de Engenharia, na Universidade do Estado da Guanabara, Magda V.G. da Silva encontra associa-

⁸ Sandra Azzi, op. cit. — *Relação entre Resultados do Concurso Vestibular e Desempenho Acadêmico*. UFMG. 1972. RJ, PUC, 1977.

ções fracas, mas positivas⁹. Pesquisas na área Biomédica, pela Fundação Carlos Chagas, ao contrário, revelam correlações razoavelmente elevadas¹⁰.

Mesmo os resultados mais negativos não devem ser tomados sem cuidado. A ausência de associação não deve significar uma condenação ao vestibular. É bem possível que a falha esteja nas avaliações feitas pela Universidade. De fato, não seria absurdo afirmar que o vestibular é a melhor prova que um aluno faz em toda sua carreira de estudante. A avaliação na Universidade pode ser lamentavelmente fraca. A própria distribuição de frequência das notas revela uma gama de variação muito estreita¹⁰. As exceções são as carreiras tradicionalmente mais exigentes, como medicina e engenharia. De resto, estas são as áreas onde se observam as mais altas correlações com o escore no vestibular.

Em suma, enquanto fica muito claro que, nas áreas de maior prestígio, o vestibular se apresenta como um competente mecanismo de seleção dos melhores candidatos, a evidência é inconclusiva quanto ao subsequente desempenho superior daqueles mais bem colocados no teste (Validade Preditiva). Como há sérias dúvidas quanto à excelência da avaliação realizada na Universidade, não se pode usar esse resultado como crítica ao vestibular, simplesmente devemos reservar o julgamento e considerar a questão aberta.

B – Os melhores são suficientemente bons?

Anteriormente, perguntamos se o vestibular ordena corretamente os candidatos, em termos de seu preparo acadêmico. Aqui, perguntamos se são suficientemente bons para entrar na Universidade. De fato, devemos identificar a existência de duas funções diferentes para o vestibular. Perguntamos, antes, quem são os melhores? Um critério puramente relativo. É cabível perguntar, também, se atingem certo limiar de conhecimentos, supostamente necessário para um adequado desempenho na Universidade.

Como resultado de discrepâncias entre o número de aprovados no vestibular e o número de vagas nos diferentes cursos, criou-se então uma tensão política em torno do "excedente", ao fim da década de 60. A saída pouco imaginativa foi a eliminação da nota mínima para aprovação, bastando ser ela diferente de zero. Na verdade, a exigência de nota diferente de zero depõe contra a inteligência de quem a criou. É de cerca 1/80000 a probabilidade de obter zero por desconhecimento.

Ao abrir mão da função de estabelecer um limiar de desempenho, dois enormes problemas são criados. Inicialmente, passam a ser admitidos na Universidade pessoas com níveis de conhecimento absurdamente baixos. Uma vez que os critérios de aprovação no secundário são sumamente elásticos, é suficiente a inexistência de candidatos bem preparados para que entrem os outros, que nada sabem. Passam a ser, então, os critérios do secundário as exigências de conhecimento. Claramente, não há hoje no Brasil qualquer controle sobre o que se exige para um diploma de secundário. As revisões que têm sido feitas nas provas de redação ilustram níveis de conhecimento inacreditavelmente baixos. Alguns não poderiam sequer ser considerados alfabetizados.

No fundo, está subjacente uma idéia quanto ao grau de homogeneidade que se deseja em cada nível de ensino. Se entendemos que o ensino superior pode ter a mesma heterogeneidade dos graus anteriores, devemos estar apenas preparados para a perda do significado do diploma, bem como para a perda de rendimento em classes tão heterogêneas. Mas, enfim, é uma questão de doutrina e não de técnica.

⁹ Magda V.G. da Silva – *Características dos Estudantes, Exame Vestibular e Desempenho Na Universidade*. RJ. PUC, 1977.

¹⁰ Carmen Barroso e outros – *Estudos de Predição do Comportamento Acadêmico. Cadernos de Pesquisa*. 5, nov. 1972.

A ausência de nota mínima traz uma dificuldade para o processo de seleção em si. O teste busca ordenar os alunos por seu conhecimento. Contudo, se diante da dificuldade do teste esse conhecimento é ínfimo, os acertos com conhecimento de causa passam a confundir-se com o ruído dos acertos casuais. Isto é, o teste ordena pelo conhecimento; se este inexistente, a ordenação será pela sorte. Portanto, nas áreas onde predominam os candidatos fracos, o vestibular não é capaz de selecionar os melhores — ou menos fracos —, transformando-se em uma loteria.

Em 1979, foi estabelecida a nota mínima equivalente a 30% de acertos¹¹. Esta medida corajosa corta um nó górdio. Durante dez anos esse foi um tabu. Curiosamente, foi eliminado sem que suas conseqüências fossem percebidas pela imprensa ou pelo público.

Foi-se o conforto político e teórico de um vestibular apenas classificatório. Passa a haver a desconfortável vaga ociosa e cria-se a necessidade de explicitar o nível de conhecimento mínimo.

Nada pode haver de mais arbitrário. Trinta por cento de acertos nada nos diz sobre a dificuldade da prova, exceto ao nível tautológico. Há um critério inapelavelmente arbitrário nesse limiar de conhecimentos. Será o que bem entenderem os formuladores do teste. Não é possível legislar sobre esse assunto. Quem prepara o teste decide sobre sua dificuldade e, *ipso facto*, decide sobre o número de vagas ociosas. Com o conhecimento que hoje se tem sobre o assunto, é possível na elaboração decidir quanto ao número de vagas ociosas.

Portanto, dentro da organização atual, o nível de dificuldade do teste passa a ser uma questão central aos seus formuladores. Está em suas mãos o nível de matrícula do nível superior. É um grau de liberdade adicional, com sua inerente responsabilidade.

C — De onde vêm os escolhidos?

A probabilidade de o candidato exibir os conhecimentos exigidos relaciona-se com a educação que recebeu anteriormente, seja na escola, seja por via da interação com sua família. Como há profundas diferenças entre escolas e a natureza do ambiente imediato tem fortes conseqüências sobre a educabilidade, a probabilidade de sucesso associa-se fortemente ao nível sócio-econômico da família do candidato.

Não devemos, naturalmente, ignorar a pré-seleção obtida pela deserção seletiva ao longo da escolaridade prévia. Uma coorte de primeiro ano do primeiro grau, tipicamente, terá cerca de 60 a 70% de filhos de pais em profissões manuais ou de supervisão, refletindo a composição da sociedade. Ao fim do segundo grau, esta proporção terá se reduzido para próximo de 20%.

Chamamos, aqui, atenção para a pouca confiabilidade dos dados de renda dos pais, tais como reportados pelos candidatos. O mesmo se dá com os dados de instrução dos pais — de interpretação precária pelo aumento das médias de escolaridade no país. Somente as escalas de status ocupacional oferecem uma alternativa viável para esse tipo de análise¹².

Os dados nos indicam que a proporção de aprovados no vestibular, cujos pais têm profissões manuais ou de supervisão, está próxima de 10%. Isto é, há uma redução para cerca da metade entre graduação no secundário e entrada na Universidade. Em parte, esta queda reflete uma redução na matrícula do vestibular, mas, também, uma menor taxa de aprovação deste grupo¹³.

¹¹ Os primeiros resultados indicam que essa nota mínima não afeta as carreiras de maior prestígio. Em contraste, nas escolas privadas, cujas vagas concentram-se nas áreas menos competitivas, situam-se 90% das vagas não preenchidas.

¹² Ver Cláudio de Moura Castro e Sérgio Costa Ribeiro. Desigualdade Social e Acesso à Universidade — Dilemas e Tendências. In *Forum Educacional*. Rio. FGV. 3(4): 3-23; out/dez.

¹³ Examinamos mais devidamente os dados do Rio de Janeiro. Não parece haver, contudo, diferenças importantes com respeito a outros Estados. Ver a esse respeito as edições anuais da CESGRANRIO.

Esses são resultados importantes, revelando o grau de elitização da Universidade. O ensino superior tem um perfil bastante seletivo, em termos da origem social dos seus alunos.

É interessante examinar a evolução histórica dessa participação. Em 1968 foi realizado um grande levantamento da clientela das Universidades¹⁴. Apesar das dificuldades de comparação das categorias sócio-econômicas utilizadas, parece que de lá para cá o ensino superior não muda o seu perfil de recrutamento. Em outras palavras, apesar de haver passado de 180.109 em 1966 para 1.225.557 em 1978, o ensino superior não é hoje, significativamente, mais aberto em termos de origem social do aluno, isto é, não aumentou a participação dos alunos de nível sócio-econômico baixo.

Este é um resultado, vale repetir, de grande importância. A dramática expansão observada, com o seu alto preço, que foi a queda nos padrões acadêmicos dos alunos, tem sido justificada como sendo uma abertura da Universidade, apreciável pelo seu papel social. Vemos, contudo, que essa mudança não ocorreu de forma apreciável. Quem entrou na Universidade não foi o pobre, mas o irmão dos alunos de classe média menos apto academicamente.

Por outro lado, é preciso que se entenda a falácia de se "abrir as portas da Universidade para o povo". Legitimamente, o acesso à Universidade se determina nos níveis anteriores. Abrem-se mais as portas da Universidade quanto mais numerosos e mais bem preparados forem os egressos do 1º e 2º Graus. O ensino superior é uma vítima passiva dos níveis anteriores e da legislação que regula o vestibular.

III – AS FALSAS OPÇÕES

O vestibular é um alvo sistemático de opiniões ingênuas ou amadorísticas, algumas infelizmente emanadas de pessoas que teriam acesso a interpretações mais confiáveis. Apresentamos aqui alguns falsos caminhos que vêm sendo apresentados.

A – As provas inteiramente discursivas

Identificam-se erradamente os problemas do vestibular e imputam-se às questões de escolha múltipla boa parte das mazelas identificadas. Como conseqüência, indica-se como solução a volta às questões discursivas.

Já tentamos mostrar que é improcedente grande parte das críticas às "cruzinhas". Além disso, o uso de provas inteiramente discursivas representaria um retrocesso sob muitos pontos de vista. No Rio de Janeiro, por exemplo, há cerca de 150.000 candidatos a um exame vestibular. Os problemas legítimos de aplicação e correção tornariam o vestibular um pesadelo para os seus organizadores, além de proibitivo o seu custo para os candidatos.

Não é improvável que se tornem menos confiáveis os seus resultados. Há problemas sérios de controle de qualidade e, mesmo, de sigilo, com milhares de professores necessários para a correção. As notas passam a refletir a subjetividade da correção, introduzindo uma margem de erro que inexiste no sistema atual. Abre-se, ademais, a caixa de Pandora da corrupção, detetada em países tão diferentes quanto China e México. Há mesmo suspeitas de que universidades fora dos grandes sistemas de seleção nas capitais brasileiras ocasionalmente cedam a pressões. É também preciso indicar a improcedência de fraude em larga escala nos melhores sistemas presentes. Além das precauções, o processamento subsequente das provas revelaria padrões irregulares de respostas.

Em suma, um exame puramente discursivo teria conseqüências inauspiciosas previsíveis e não há qualquer garantia de que se torne mais fidedigno. Pelo contrário, o oposto poderia

¹⁴ Célia Lúcia Monteiro de Castro. Caracterização sócio-econômica do estudante universitário. Rio de Janeiro. INEP/MEC, 1968.

mesmo ocorrer. Contudo, não vai aqui qualquer sugestão de que a presença de questões discursivas não seja eminentemente desejável.

B – A eliminação do critério seletivo

A existência do vestibular resulta, em parte, da incompatibilidade numérica entre candidatos e vagas. Se fosse desprezível a diferenciação de aptidões acadêmicas dos candidatos, um sorteio resolveria a questão. No entanto, é profundamente diferenciado o nível dos alunos, como bem demonstra o próprio vestibular.

Há, portanto, uma tarefa inevitável. Algum conjunto de exigências de demonstração de aptidão acadêmica deve ser utilizado. Até o momento, o vestibular revelou-se a melhor solução. Contudo, todas elas deverão preencher as mesmas funções de avaliar e selecionar.

C – A multiplicação dos organizadores

A última década presenciou o surgimento e o amadurecimento das equipes de preparação e aplicação dos testes nas grandes Universidades e em Fundações especializadas. Nota-se, contudo, nos últimos anos, um movimento de descentralização.

Há um conflito entre as vantagens da centralização sob o ponto de vista técnico das provas e as desvantagens desta mesma centralização do ponto de vista da autonomia das universidades. De fato, as instituições de ensino superior são observadoras passivas, ainda que descontentes, de um sistema que nem sempre atende aos seus objetivos. Como conseqüência, é pequeno o seu envolvimento no processo, abrindo mão de sua iniciativa e responsabilidade. Ademais, os programas de menos competitividade pelos melhores alunos vêm-se freqüentemente em situação de não terem alunos indicados.

Não podemos, contudo, perder de vista os condicionantes técnico-econômicos dessas alternativas. A prova de escolha múltipla não se justifica em pequena escala. O custo de preparação de cada questão é muito elevado. As análises de fidedignidade dos testes igualmente exigem equipes especializadas e treinadas. O fato de um número crescente de instituições estar abandonando as redes unificadas terá, como conseqüência, uma queda vertiginosa na qualidade de seus exames ou um forte aumento nos custos para os candidatos.

Há, contudo, outras alternativas intermediárias que poderiam ser mais amplamente utilizadas. As Fundações que preparam exames poderiam ser usadas de duas formas. Com os bancos de questão que hoje possuem, poderiam preparar provas mais ajustadas às necessidades de cada instituição, talvez a custos perfeitamente aceitáveis.

Alternativamente, os vestibulares convencionais poderiam passar a ser parte apenas do processo de seleção. Pequenas instituições poderiam incluir entrevistas, arguições e outros instrumentos complementares.

Seja como for, insistimos na inviabilidade dos exames convencionais de múltipla escolha sem a existência de grande número de candidatos necessários para justificar os custos fixos de preparação de uma prova.

IV – ONDE ESTÃO AS OPÇÕES?

Há um bom número de decisões importantes intermediadas pelo vestibular.

A – Selecionar quem sabe ou aliviar as tarefas do 2º Grau?

Não há uma fronteira natural separando o que é conteúdo do 2º Grau e o que só pertence ao ensino superior. O que vemos hoje é fruto apenas da tradição do passado. Não há razões

contundentes para decidir se integrais riesmanianas ou capítulos de álgebra vêm antes ou depois do vestibular.

O ciclo básico é um reconhecimento tácito de uma certa confusão. Repetem-se na Universidade coisas supostamente já vistas. Mas não realmente ensinadas e sim apressadamente revistas. Ao que parece, irrita, profundamente, os alunos, sem outras conseqüências positivas. Seguramente, eis um território que carece de mais atenção.

Seja como for, não é clara a fronteira. Até que ponto a Universidade deve consertar o mal feito no secundário.

Pessoalmente, vemos com particular ceticismo a tentativa de transformar a Universidade em orfanato ou instituição de caridade. Não parece correto ir muito longe para adaptá-la a alunos mal preparados. Entendo que devemos esperar mais e exigir mais do 2º grau.

B – Capacidade ociosa ou incapacidade diplomada

Já mencionamos, anteriormente, que o estabelecimento da nota mínima devolve, de fato, à Universidade (ou pelo menos aos organizadores do vestibular) a decisão de não aceitar alunos cujo desempenho esteja abaixo de um nível que, em última estância, ela determina. Assim sendo, ela tem hoje o controle efetivo do número de vagas ociosas. É necessário decidir entre capacidade ociosa (vagas não preenchidas) e incapacidade diplomada.

A existência de capacidade ociosa, por outro lado, aumenta o custo/aluno, tornando o ensino mais caro.

Esta questão nada tem de trivial. Devemos preencher todas as carteiras? Os gastos são praticamente os mesmos, haja ou não carteiras vagas. Mesmo um aluno menos dotado, aprenderá algo útil para ele e para a sociedade, freqüentando uma faculdade. E, se sua presença não onera o sistema de ensino, por que não deixá-lo lá? De fato, o argumento é persuasivo.

Contudo, há outros aspectos a serem considerados. Inicialmente, o nível de ensino que é conduzido em sala de aula reflete o nível dos alunos mais fracos. Não é, pois, sem contra-indicações a presença de fracos alunos na classe. Sem querer entrar mais a fundo no problema, a sociedade brasileira, hoje, parece precisar de gente superlativamente bem preparada, mais do que de mais gente com diploma universitário. Se além de apresentarem baixo rendimento, esses alunos mais fracos prejudicam o aprendizado dos outros, devemos ver com bastante reticências a sua presença nos bancos escolares¹⁵

C – A corrida à Universidade: frear no vestibular?

O Brasil não difere de muitos outros países na existência de fortes aspirações ao ensino superior. De fato, há certa ingenuidade em autores que buscam razões autóctones para uma coisa tão internacional, como a pressão social para a entrada na Universidade. Talvez divirja, contudo, o Brasil, na solução encontrada para contê-la. Será o vestibular o melhor momento para frear a multidão?

Estados Unidos e França usam soluções diametralmente opostas, que já nos foram propostas. As universidades francesas permitem o livre acesso, sendo a seleção obtida principalmente no primeiro ano. Como solução política, é amplamente superior, diluindo o fracasso ao longo do tempo. Os que falharam foram simplesmente reprovados. Outra vantagem, é que se elimina a dimensão traumática de uma seleção realizada em curto intervalo de tempo, com todos os denunciados riscos do candidato estar em momento de pouca inspiração. Há uma universidade brasileira, a UNISSINOS que parece utilizar eficazmente o sistema.

¹⁵ Naturalmente, esses problemas são contornados pela distribuição dos alunos, em programas de diferentes níveis. Por outro lado, a estratificação crescente das escolas parece uma tendência clara, mas que não deixa de apresentar aspectos que preocupam. Ver Cláudio de Moura Castro e Sérgio Costa Ribeiro, op. cit.

Entretanto, de modo geral, a Universidade brasileira tem imensa dificuldade em reprovar. De fato, essa é uma das mais contundentes acusações dirigidas a ela: o vestibular é o último obstáculo sério antes da formatura. A solução, portanto, apesar de atraente, requer fortaleza, justamente onde é mais fraca.

O que podemos chamar de solução americana é um sistema de informações a respeito do aluno, utilizado de forma dupla. De um lado, a universidade analisa suas notas, a excelência das escolas freqüentadas, a opinião que dele têm seus professores, tudo isso subsidiando seu julgamento. Mas de outro, esses mesmos dados servem para informar o aluno acerca de sua probabilidade de aceitação pelas diferentes universidades. Ajustam-se, assim, suas aspirações às suas realizações.

Difícilmente tal sistema poderia ser adotado entre nós, em toda a sua integridade. Inicialmente, é caro e complicado. Além disso, exige uma franqueza, nas cartas de recomendação, desconhecida de nossa cultura. Mais ainda, o julgamento da universidade é subjetivo, requerendo, entre outras coisas, uma apreciação sobre a qualidade do ensino de cada escola. Isso pode mesmo prejudicar o aluno talentoso, oriundo de escolas fracas.

Não obstante, há uma possibilidade interessante, inspirada nesse sistema: um pré-vestibular. Digamos, ao início do 2º grau, seria aplicado um teste referente ao 1º grau. Resultados altos nesse teste contariam pontos mais adiante, quando fosse realizado o vestibular. Resultados baixos não prejudicariam, no sentido de subtrair pontos do vestibular, mas serviriam para informar o aluno acerca de suas deficiências. Este deveria, então, ficar sabendo de suas reais probabilidades de entrar em diferentes carreiras mais adiante, a se manter o seu rendimento observado. Como conseqüência, seria encorajado o esforço acadêmico em anos anteriores, pela valorização dos seus resultados. Ao mesmo tempo, os alunos de menores pendoros para cursos superiores que pretendam seguir seriam mais realisticamente encorajados às carreiras vocacionais de 2º grau.

D – Provas inteligentes ou equidade?

Provas mais inteligentes selecionam dimensões mais nobres de aprendizado – na Taxionomia de Bloom, as dimensões mais elevadas de análise, síntese etc. São, portanto, mais desejadas, tanto por selecionar alunos que nelas são bem sucedidos – obviamente desejáveis na universidade – como por sugerirem ao 2º Grau melhores paradigmas de ensino. Assim, já há tempos que vemos valorizadas estas dimensões, não apenas na retórica oficial, mas, também, na progressiva evolução dos vestibulares.

Mas não é sem custos essa evolução. Ao contrário do que poderia parecer, essas provas distanciam mais os diferentes níveis sociais, em termos dos seus resultados. Pobres e ricos – traduzindo em termos de escalas ocupacionais, filhos de pais em diferentes níveis ocupacionais – distanciam-se mais nas suas respostas a estas perguntas “mais inteligentes”. Ao contrário, as respostas que dependem mais de memorização diferenciam menos os grupos sociais¹⁶.

É como se a memória fosse um traço mais igualitariamente distribuído na sociedade. Os níveis superiores de raciocínio parecem ser mais condicionados à qualidade da escolaridade anterior e a outros fatores que diferenciam o ambiente dos diferentes níveis sociais.

Realmente, não há muito o que se possa fazer nesse particular, a nível dos testes, sob pena de se jogar por terra importantes realizações pedagógicas. Não podemos contudo, perder de vista as conseqüências inauspiciosas desse progresso na formulação de testes.

¹⁶ Cláudio de Moura Castro, Maria Aparecida P. Franco *et alii* – Mudanças no Ensino e Distância Social. In: *Ensaio sobre a Escola Latinoamericana: acesso, desempenho e equidade*. Rio. Programa ECIEL, 1980, p. 375 e ss.

E – Critérios técnicos ou imposição de paradigmas nas construção dos testes

O vestibular não é apenas uma prova, é também um símbolo, um mecanismo de sinalização para alunos e escolas, enfim, é um paradigma do que deve ser o ensino. Não podemos, portanto, ignorar essas funções.

Se não fosse isso, seria possível formular provas mais eficientes. Bastaria fazê-las mais fáceis, já que para enorme proporção de candidatos é difícil demais, perdendo, portanto, seu poder de discriminação. Mas, seria criar uma imagem diferente do que se espera dos futuros universitários.

É preciso levar essas preocupações mais longe. A presença ou ausência de certas coisas no vestibular não pode apenas prender-se a critérios de fidedignidade das provas. Por exemplo, a redação, no vestibular, justifica-se por levar as escolas a devotarem mais tempo e esforço a fazerem os alunos escrever. É até possível que o processo de seleção não seja aperfeiçoado pela redação. Mas, mesmo que haja uma queda na fidedignidade do processo, o outro objetivo o justifica.

Cumpra estender esse raciocínio, separando o efeito de paradigma das características técnicas da prova. Haverá alguma formulação da prova que leve as escolas a utilizarem mais laboratórios, no ensino de Ciências? É possível fazer com que as escolas adotem melhores livros? Possivelmente, essa é a área onde os vestibulares poderiam ser usados criativamente, com maiores horizontes de modificação do ensino de 2º grau.

F – Os tratamentos de exceção: as artes

Com certeza, o sistema presente de vestibular é mais danoso nas artes do que em qualquer outra área. Em suas versões mais ortodoxas, cego entra em curso de artes plásticas e surdo, na Escola de Música.

As tentativas de consertar o sistema têm sido feitas no sentido de adicionar critérios artísticos aos critérios acadêmicos usuais. Então, além das provas acadêmicas convencionais, é preciso fazer testes específicos da área. Portanto, busca-se a interseção do conjunto dos candidatos que têm pendores artísticos e, além disso, sabem algo de Física, Geografia etc.

Na prática, isso provavelmente assegure a mediocridade artística dos candidatos. Trata-se seu potencial artístico de forma secundária ou subalterna. Não faz sentido selecionar os candidatos a engenharia por sua capacidade para entoar, ou reconhecer notas musicais, dando-lhes, acessoriamente, uma provinha de Física. Pelas mesmas razões, não faz sentido selecionar futuros artistas por meio de seu desempenho em Geografia ou Matemática.

Esta é uma área que merece um tratamento diferente, privilegiando aquelas dimensões que estão na base da formação de um bom artista. Não há boas razões para que permaneça dentro de um sistema integrado.